

As TIC'S na educação do campo: reflexões sobre os municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista**TIC'S in field education: reflections on the municipalities of Ilhéus, Itabuna and Vitória da Conquista**

DOI:10.34117/bjdv6n6-644

Recebimento dos originais: 25/05/2020

Aceitação para publicação: 29/06/2020

Janille da Costa Pinto

Mestre em Ciências da Educação Universidade Autônoma de Assunção - UAA

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6564-1878>

Endereço: Caminho 37 casa 22, Hernani Sá, Ilhéus - Ba. Brasil.

e-mail: janille_80@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Doutora em Educação FAE/UFMG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>.

Endereço: Caminho 05, casa 46, Bairro Bateias, Vitória da Conquista- Ba. Brasil.

e-mail: arlerp@hotmail.com

Adenilson Souza Cunha Júnior

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3622-1799>.

Endereço: Rod. BA 415 Km 3, Campus Universitário Juvino Oliveira, Itapetinga (BA).

e-mail: adenilsoncunha@uesb.edu.br

Cátia Regina Conceição dos Santos

Mestre em Educação - PPGE-UESC

Endereço: Campus Soane Nazaré de Andrade, Rod. Jorge Amado, Km 16 - Salobrinho, Ilhéus - BA, 45662-900

e-mail: catia_pm@hotmail.com

Jussara de Lima Clement Ferreira

Doutoranda em Ciências da Educação Universidade Autônoma de Assunção UAA

Endereço: Caminho 13, casa 15, Hernani Sá Ilhéus Ba.

e-mail: jussaraclement@yahoo.com.br

Cristiane de Leal Venturin

Mestre em Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6846139424444254>

Endereço: Rua Luiz Viana, nº28. Centro. Ilhéus-Ba

e-mail: cristianeventurin@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da pesquisa intitulada: “As políticas educacionais do PAR em municípios da Bahia”, a qual tem como um dos seus objetivos investigar a inserção das TIC’s na educação do campo nesses municípios. A coleta de dados foi realizada junto às secretarias municipais de educação e membros da comunidade escolar dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. Foram analisados os impactos alcançados pelas políticas educacionais do PAR, nas escolas do campo no recorte temporal de 2010 - 2017. Nesse contexto, optamos coletar dados mediante questionário e entrevista. Visando identificar a quantidade, diversidade e como as TIC’ s estão presentes na educação do campo nesses municípios, bem como sua utilização na prática pedagógica e a formação tecnológica do professor para inserí-las no planejamento. Justifica-se a presente investigação pela necessidade da educação do campo também inserir as tecnologias no ambiente escolar, pois vivemos em uma sociedade contemporânea onde os suportes tecnológicos fazem parte do nosso cotidiano. Concluímos que na educação do campo dos municípios analisados existe a mesma escassez tecnológica, necessitando inserir no Projeto Político Pedagógico (PPP) o uso das tecnologias na prática pedagógica do professor, bem como priorizar aquisição de novas ferramentas tecnológicas e formação continuada para os professores saberem utilizar as TIC’s.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Educacionais. Tecnologias.

ABSTRACT

This article presents results of the research entitled: “PAR's educational policies in municipalities in Bahia”, which has as one of its objectives to investigate the insertion of ICTs in rural education in these municipalities. Data collection was carried out with the municipal education departments and members of the school community in the municipalities of Ilhéus, Itabuna and Vitória da Conquista. The impacts achieved by PAR's educational policies were analyzed in rural schools in the time frame of 2010 - 2017. In this context, we chose to collect data through a questionnaire and an interview. In order to identify the quantity, diversity and how ICT's are present in rural education in these municipalities, as well as their use in pedagogical practice and the technological training of the teacher to insert them in the planning. The present investigation is justified by the need for rural education to also insert technologies in the school environment, as we live in a contemporary society where technological supports are part of our daily lives. We conclude that in the education of the field of the municipalities analyzed there is the same technological scarcity, needing to insert in the Pedagogical Political Project (PPP) the use of technologies in the pedagogical practice of the teacher, as well as prioritize the acquisition of new technological tools and continued training for teachers to know how to use ICT's.

Keywords: Rural Education. Educational Policies. Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’ s) há uma inquietação em relação às decorrências de sua utilização no ambiente escolar, principalmente como a escola e os professores devem utilizar sem medo essas ferramentas e promover uma integração entre o meio escolar e a sociedade na qual os alunos estão inseridos. Justamente, por que as TIC’s há muito tempo vem dominando as esferas sociais, devido as suas facilidades de superar as barreiras temporais e geográficas, além de permitir a interação em tempo real, comunicação e compartilhamento de informações que posteriormente transformarão em conhecimento.

Nesse momento, a escola do campo não pode se eximir de incorporá-las em sua prática pedagógica, pois os indivíduos se relacionam com mídias, dispositivos e suportes tecnológicos pertencentes ao contexto social, cultural e histórico de sua época e de épocas anteriores. Ademais, as tecnologias constroem um intercâmbio entre as gerações e avanços tecnológicos que “potencializam a comunicação multidirecional, a representação do conhecimento por meio de distintas linguagens e o desenvolvimento de produções em colaboração com pessoas situadas em distintos tempos e lugares” (ALMEIDA, 2010, apud PEREIRA E OLIVEIRA, 2012, p. 233).

Nesse contexto, optamos por investigar a inserção tecnológica na educação do campo nos seguintes municípios da Bahia: Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. Nessa investigação foi identificado as ferramentas TIC's disponíveis nas escolas do campo da rede pública da educação básica e por conseguinte foi descrito o estado e manutenção dessas ferramentas tecnológicas, além de conhecer o grau de familiaridade dos professores frente esses equipamentos e como/quando estão sendo utilizadas na prática pedagógica do professor.

Para tanto, refletimos a luz do Plano de Ações Articuladas (PAR), dos três municípios supracitados, visto que esse plano é uma estratégia do planejamento plurianual das políticas de educação por meio da qual os entes subnacionais elaboram seus planos de trabalho a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares (BRASIL, 2018).

Assim, focalizamos as políticas públicas que enfatizam as tecnologias no ambiente escolar do campo no recorte temporal de 2010-2017. Além de documentos oficiais nacionais e locais que versam sobre a formação do professor relacionada as tecnologias no ambiente escolar, como por exemplo, o Plano Municipal de Educação (PME), Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como parâmetros, diretrizes, leis e decretos que mencionam a necessidade de inclusão tecnológica na educação e intentam traçar um panorama da inserção das TIC's, os entraves e as suas contribuições na educação do campo que tanto luta pela igualdade de acesso à informação e melhores condições de vida.

Assim, a problemática desta pesquisa foi constituída pelo seguinte questionamento: como as TIC's estão presentes na educação do campo dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista? Justamente por que vivemos em uma sociedade contemporânea, mediada pelos suportes tecnológicos a todo momento e a educação do campo não pode fugir dessa realidade. E sabemos que se as TIC's “não forem bem utilizadas, garante a novidade por algum tempo, mas não acontece, realmente, uma melhoria significativa na educação” (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2015, p. 37).

Desse modo, torna-se necessário que a escola do campo como instituição educacional não fique obsoleta em utilizar métodos antigos para ensinar a nova geração de alunos nativos digitais, e

propõem que esses profissionais da educação tenham conhecimento e insiram as TIC's na sua prática pedagógica. Pois, as tecnologias “podem gerar oportunidades de comunicação e interação entre professores e alunos, todos exercendo papéis ativos e colaborativos na atividade didática” (KENSKI, 2010, p. 66).

Portanto, as reflexões aqui fomentadas foram construídas no intuito de demonstrar como está a inserção tecnológica nas escolas do campo desses municípios e indicar numa compreensão macro, a importância do uso desses equipamentos na prática pedagógica e na construção do conhecimento interativo dos alunos. Visto que as tecnologias educacionais precisam necessariamente ser um “instrumento mediador entre o homem e o mundo, o homem e a educação, servindo de mecanismo pelo qual o educando se apropria de um saber, redescobrimo e reconstruindo o conhecimento” (NISKIER, 1993, p. 11).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no município de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista situados no estado da Bahia. Utilizamos a abordagem qualitativa. Este tipo de enfoque “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] os dados coletados são predominantemente descritivos [...] a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, pp.11- 13).

Nesse contexto, a pesquisa se desenvolveu também sobre o cunho descritivo, pois visa descrever como está a inserção tecnológica nos municípios pesquisados. Foi realizada análise documental, pois, nela “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p.51). Esses documentos foram cedidos pelas secretarias municipais de educação a fim de colaborar com a pesquisa.

Assim, como técnicas de coleta de dados aplicamos o questionário que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201) é um instrumento “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Esse instrumento foi composto por questões abertas e fechadas, aplicado para uma amostra aleatória de professores que lecionam nas escolas do campo que compõem a rede pública Municipal.

Tivemos também como o segundo instrumento de coleta de dados a entrevista que é “uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizadas nas ciências sociais” [...]. Ela permite o aprofundamento dos pontos levantados por outra técnica de coleta de alcance mais superficial, como o questionário” (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p.33-34). Essa entrevista foi realizada com diretoras, vice-diretoras e supervisoras que atuam nos municípios analisados.

Contudo, os documentos e dados coletados foram interpretados e analisados por municípios e após comparados e compilados para demonstrar a realidade tecnológica geral presente desses municípios e estabelecer parâmetros embasados nos objetivos e questão de pesquisa. Além de interpretá-los a luz de legislação vigente brasileira e teóricos que versam sobre as tecnologias educacionais e a educação do campo.

2.2 AS TIC'S E O PLANO DE AÇÕES ARTICULAS – PAR

Atualmente as TIC's têm gerado novas demandas no contexto educacional, onde o uso dessas tecnologias exige transformações radicais no campo da educação, sendo preciso reavaliar teorias e reinventar estratégias e práticas pedagógicas que as integrem. Segundo Longo (2000, p.1), a tecnologia “é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços”. E para Brito e Purificação (2015, p. 22), ela é “a aplicação do conhecimento científico para se obter um resultado prático.

Mediante os avanços na área tecnológica, relacionada a comunicação e informação evidenciados durante e após a Segunda Guerra Mundial, como seus instrumentos bélicos, armamentos, computadores programáveis e o transistores (KENSKI, 2010). Aliada a necessidade do humano em captar e distribuir de forma precisa e rápida os acontecimentos mundiais, foram surgindo as TIC's, sendo definida como “o resultado da fusão das telecomunicações, da informática, e das mídias eletrônicas e servem de ferramentas mediadoras do processo educacional como um todo” (BOHN, 2011, apud CASTILHO, 2015, p. 33)

Diante dessa definição sobre as TIC's percebemos que a mesma precisa necessariamente ser:

um instrumento mediador entre o homem e o mundo, o homem e a educação, servindo de mecanismo pelo qual o educando se apropria de um saber, redescobrimo e reconstruindo o conhecimento. Visto que, se não forem bem utilizadas elas podem até garantir a novidade por curto tempo, mas realmente não acontece a qualidade da inclusão tecnológica na educação (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2015, p. 37).

Desta forma, as TIC's devem transcender a vida social e adentrar ao muro da escola. Elas precisam ser mediadas para realizar sua função de inovar o processo do ensino e aprendizagem que são exigências atuais da sociedade da informação e comunicação. Tornando essas ferramentas apoios tecnológicos educacionais para o professor em seu planejamento pedagógico que permitirá a inovação da práxis educativa.

Para tanto, a mesma chegará as unidades escolares mediante as políticas públicas que são “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (LYNN, 1980, apud SOUZA, 2006, p. 24) e que se materializa através dos conjuntos de programas e atividades desenvolvidas pelo

Estado diretamente ou indiretamente, para assegurar direitos de cidadania, em determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Nesse contexto surge o PAR, o qual faz parte do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que é um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Esse plano apresenta indicadores definidos a partir do diagnóstico e planejamento local, consolidados anualmente envolvendo quatro dimensões: a gestão educacional, a formação de professores, profissionais de serviço e apoio escolar, as práticas pedagógicas e avaliação, e a infraestrutura física e recursos pedagógicos (BRASIL, 2007).

De acordo com Nery, Santos, Souza e Costa (2018), para a elaboração do referido plano nos municípios é realizado inicialmente um diagnóstico da situação educacional, após é feita a elaboração do plano de trabalho, e por fim a análise técnica. Concluída a etapa do diagnóstico da situação educacional, o ente, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), elabora o seu Plano de Ações Articuladas. Em seguida, apresenta-o ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, esses Planos de ações precisam evidenciar as questões referentes as tecnologias, visto que para incorporar as TIC's no ambiente escolar, deve primeiramente ocorrer a democratização destas nesses ambientes. Disponibilizar espaço físico adequado, computadores e/ou outras ferramentas em número suficiente para atender a demanda, dos alunos e professores. E como destaca Kenski (2010), são os primeiros itens a serem analisados quando precisamos realizar a inclusão tecnológica de qualidade, pois até a disposição e o uso de móveis e equipamentos nas salas e nos laboratórios, definem a ação pedagógica.

Cabe destacar que as TIC's precisam ser evidenciadas em todas as quatro dimensões do PAR em ações educacionais, pois aderir programas e políticas públicas envolve a dimensão da gestão, estimular os professores para inserir as TIC's no planejamento da aula e na sua práxis envolve a dimensão da formação e prática pedagógica. Nesse sentido, quando falamos de quantidade e diversidades tecnológicas presentes nas escolas do campo envolvemos a dimensão de infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Portanto, as TIC's precisam ser vistas como geradoras de oportunidades e inovação educacional, não pelo simples uso da máquina, mas pelas várias oportunidades de comunicação e interação que elas permitem para a prática pedagógica dos docentes e na aprendizagem dos alunos, posto que no ambiente escolar estamos em constante aprendizado. Justamente por que, por meio delas podemos romper com as estruturas preestabelecidas da sala de aula, podendo ser utilizadas “para a transformação do ambiente formal de ensino, de modo que, seja possível através delas, criar um

espaço em que a produção do conhecimento aconteça de forma criativa, interessante e participativa” (MORAN, 2001 apud FERNANDES, 2012, p. 25).

2.3 AS TIC'S NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

Mediante os avanços de concepções sobre a educação, as TIC's foram se introduzindo no ambiente educativo, sendo inseridas nas legislações, decretos e outros documentos oficiais brasileiros que asseguram esse direito a todos os cidadãos. Vale destacar que a “partir de 1970, a tecnologia na educação passou a ser analisada e avaliada sob o enfoque sistêmico e, assim, foi adquirindo uma nova conceituação” (NEISKIER, 1993, p. 25).

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, ressalta que a educação deverá ser realizada por meio do ensino em diversos níveis visando a “promoção humanística, científica e tecnológica do País” (CFB, 1988, Art. 214, Inciso III e V). Reserva também o capítulo IV denominado “Ciência, Tecnologia e Inovação” para ressaltar que o “Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Dessa maneira, percebe-se que a inserção tecnológica na educação está fundamentada na nossa Carta Magna que apoia a formação tecnológica de seus cidadãos, em todos os níveis da educação. Assim, com essas tecnologias pode-se promover atividades e criar condições para que a escola concretize essa capacitação de forma micro e macro.

Já a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 9.394/1996 cita em um de seus princípios que a educação é dever da família, do estado e prepara para o trabalho. Além de favorecer a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Tendo por finalidades “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDB, 1996, Art. 22). Logo, a formação integral do ser humano perpassa temas transversais que aliam as questões tecnológicas, pois as TIC's transcendem a vida social e adentram o muro da escola, precisando ser mediada para realizar sua função de inovar o processo do ensino e aprendizagem que são exigências atuais da sociedade da informação e comunicação.

As metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) visam a melhoria da qualidade da educação no país, bem como superar as desigualdades educacionais, para promover a cidadania e acabar com a discriminação. Essas metas são planejadas para se concretizar em dez anos, além de buscar uma formação “[...] humanística, científica, cultural e tecnológica do País” (PNE, 2014, Art. 2). Neste PNE que está vigente até 2024, apresenta metas que comungam com a inclusão tecnológica nas escolas, como podemos destacar a estratégia 3.1 da meta 3:

Meta 3 - Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014).

Podemos destacar também a necessidade do uso das tecnologias educacionais na sala de aula nas estratégias 5.3 e 5.4 da meta 5:

5.3- Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4-Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade (Idem).

E nas estratégias 7.12 e 7.20 abaixo vinculada a meta 7:

7.12- incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicada;

7.20- prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. (BRASIL, 2014).

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico (BNCC, 2017), apresenta dentre as 10 competências que consubstanciam no âmbito pedagógico os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a competência 5, que diz:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017, p. 9)

Temos também o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado através do decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que promove o uso pedagógico das TIC's nas redes públicas de educação básica. Esse programa tem como objetivos:

- I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e
- VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais (BRASIL, 2007).

Vale ressaltar também a criação dos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE's) que são responsáveis pela formação de técnicos, professores e pelo suporte técnico e pedagógico nas escolas. De acordo com Nascimento (2007, p. 33), “os NTE's são locais dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software”. Com a finalidade de “apoiar tecnologicamente e garantir a evolução das ações do programa em todas as unidades da Federação” (Idem).

Em 2017, por meio do decreto nº 9.204, de 23 de novembro, o governo instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada, uma política que propõe a articulação com demais políticas públicas e como as metas do PNE. O referido decreto apoia o desenvolvimento das competências da BNCC.

Portanto, sabemos que essas leis e políticas de inclusão tecnológica não se efetivam em muitas escolas públicas por não possuírem as condições mínimas de infraestrutura para realizar as atividades envolvendo as tecnologias. Logo, necessita-se que haja aquisição de ferramentas e suportes tecnológicos para democratizar o uso dessas tecnologias como aponta Kenski (2010, p. 72), “a democratização do acesso ao conhecimento e ao uso das novas tecnologias passa pela necessidade de que as escolas públicas tenham condições de oferecer com qualidade, essas atividades e possibilidades tecnológicas a seus alunos”.

2.4 AS TIC'S NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DE ILHÉUS, ITABUNA E VITÓRIA DA CONQUISTA

A educação do campo possui especificidades que necessitam ser levadas em conta para a qualidade do processo ensino e aprendizagem dos alunos. Assim, a escola precisa promover adaptações peculiares da vida rural e de cada região, que estão relacionadas especialmente aos

conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses desses alunos da zona rural, como adequação do calendário escolar, respeitando o ciclo agrícola, o clima e às características do trabalho do campo como afirma a LDB (1996, Art. 28).

Com a intenção de garantir essa especificidade, foi criada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que em seu parágrafo único destaca:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Podemos, então, visualizar que o uso das TIC's no ambiente escolar das escolas localizadas no campo está amparado legalmente. Logo, as escolas precisam inserir em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e planos de aula os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos pela humanidade ao longo do tempo, para estimular as múltiplas linguagens, com o intuito de inserir o sujeito na sociedade e promover seu desenvolvimento integral.

Nesse contexto, foi analisado os dados coletados nas redes Municipais de Ensino de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. Constatamos que em 2016 no município de Ilhéus tinha 5.087 alunos matriculados na educação básica no campo, que estudavam em 13 escolas e contando com 213 professores que lecionavam nessas instituições (ILHÉUS, 2016). Já no município de Itabuna de acordo com o Censo (2016) apresentava 24 escolas na zona rural, com 560 alunos, sendo que 139 eram matriculados na pré-escola e 351 nos anos iniciais. No município de Vitória da Conquista, em 2016 possuía 116 escolas do campo, que atendiam 13.703 alunos matriculados segundo o relatório das unidades escolares disponibilizados pela Secretaria de Educação Municipal de Vitória da Conquista (2016).

Contudo, segundo o Censo Escolar/INEP (2017), o Município de Itabuna sofreu a redução de uma escola em 2017. Já Vitória da Conquista teve um acréscimo de uma escola. Essas informações nos remetem a refletir se houve divergência de informações prestadas em 2016 pelas dirigentes das Secretarias de Educação ou se realmente houve essa mudança em números de escolas.

TABELA 1- Quantidade de escolas municipais públicas do campo

Itabuna	Vitória da Conquista	Ilhéus
23	117	13

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2017.

Foi constatado que no município de Itabuna, dentre as 24 escolas do campo somente 38% possuem laboratório de informática e 13% possui internet com banda larga (CENSO,2016). Já em Ilhéus, foi verificado a existência do laboratório de informática mediante a respostas de 41,38% dos participantes da pesquisa. E em Vitória da Conquista segundo a Secretária de Educação, somente 12,85% das escolas do campo possui laboratório.

No que tange a qualidade da internet, em 2017 segundo o Censo Escolar/INEP (2017), em Vitória da Conquista 15% das escolas tinham acesso a internet e 13% com banda larga. Em Itabuna, 26% das escolas possuíam internet e 22% tem banda larga. E em Ilhéus, 54% possuíam internet e 38% tem banda larga.

Mediantes essas informações sabemos que a internet ainda não se faz presente em todas as escolas do campo, principalmente, por que a área do campo possui dificuldade de sinal. Cabe então ao município providenciar outros suportes e possibilidades tecnológicas que compensem essa especificidade do campo. Justamente por que, esse acesso a equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar em todas as escolas públicas da educação básica está assegurada no PNE na meta 7.20 e possibilita ao professor utilizá-la como fonte inesgotável de pesquisa, comunicação e conteúdo historicamente acumulado pela humanidade, apresentados de forma híbrida, dinâmica e flexível.

Buscamos também conhecer como se encontra os laboratórios de informática nessas escolas do campo, pois ao longo dos avanços educacionais foram criadas várias políticas voltadas para as tecnologias na educação básica da rede pública, como por exemplo, o Programa Nacional de Informática Educativa (PROINFO), criado por volta da década de 1990, para promover o uso da Telemática, que integrava um conjunto de políticas do MEC com a

[...] finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação pública, voltado para a introdução da tecnologia no processo ensino-aprendizagem que procurou efetivar a presença do computador na escola pública, implantando massivamente equipamentos nas escolas de ensino fundamental e médio, juntamente com a qualificação de docentes e técnicos (BRASIL, 1997, p.27).

Assim, foi constatado que em todos os três municípios estudados menos de 15% das escolas do campo receberam o laboratório de informática nas escolas. E quando verificamos o seu funcionamento mais de 50% não funcionam, devido, primeiramente à falta de um planejamento da estrutura física da escola para receber esses equipamentos, pois muitas escolas não têm espaço, rede elétrica e iluminação para comportar um laboratório de informática, como destaca a professora A do município de Vitória da Conquista:

Acho que era só mais uma questão, talvez na época, ia ter uma fiscalização para verificar qual escola recebeu e aí colocou os computadores nas salas de aula, que por sinal quando eu estava na sala de aula, minha sala mesmo tinha cinco computadores, só que esses computadores nunca funcionaram (PA, 2016).

Outros motivos que fizeram com que os laboratórios não funcionassem foi justamente por que nessas escolas do campo não possuíam internet, muitos computadores não possuíam software que funcionasse sem acesso à internet, além da falta de manutenção dos equipamentos tecnológicos, pois de acordo com os entrevistados nos municípios de Ilhéus e Itabuna não tinham empresas conveniadas à prefeitura para realizar trocas de peças que estavam ruins. Contudo, nesse período já existia a equipe técnica do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM), porém, com poucos funcionários para atender a demanda. Já o município de Vitória da Conquista segundo as respostas dos participantes da pesquisa não possuía nenhum desses suportes elencados acima.

No entanto, sabemos que segundo a LDB (1996), no art. 28, os entes federados devem: “ofertar a educação básica para a população rural e os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. Assim, como incentivo a inclusão tecnológica surgiu a criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE s) que “são centros descentralizados de capacitação de professores e de suporte e manutenção de hardware e software que prestam assistência às escolas de sua abrangência e que dispõem de uma equipe de educadores e especialistas em informática e telecomunicações” (PROINFO,1997, p. 28).

No entanto, mediante os dados coletados somente no município de Ilhéus e Itabuna esse apoio do Núcleo de Tecnologia foi evidenciado nas falas dos professores, que ressaltaram a presença ativa do NTE no incentivo a formação tecnológica, dando suporte técnico e pedagógico nas escolas do campo.

Verificamos a existência de poucos computadores (menos que 50%) por escolas do campo. E nas escolas que possuíam nem todos computadores eram para uso do aluno e professor, mas sim, para o setor administrativo da escola (secretaria). Constatamos que mais que 50% desses computadores que compõem o espaço do laboratório de informática não estavam em perfeito funcionamento. Segue abaixo a tabela 2 com a quantidade de computadores nas escolas do campo dos municípios analisados:

QUADRO 1 - Quantidade de computadores nas escolas municipais do campo

Municípios	Computadores uso dos alunos	Computadores uso administrativo
Vitória da Conquista	71 equipamentos	101 equipamentos
Itabuna	53 equipamentos	14 equipamentos
Ilhéus	60 equipamentos	20 equipamentos

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2017.

Ao analisar essa quantidade, percebemos que é insuficiente para a demanda nesses espaços, pois sabemos o quanto é importante a inserção das TIC's na sala de aula, e, conseqüentemente, na prática pedagógica do professor, que envolve o uso pedagógico do computador, internet e laboratórios de informática. Justamente por que os alunos ficam deslumbrados diante das possibilidades que a internet oferece, pois “navegando”, eles podem descobrir, analisar e ficar encantado com tantas imagens, sons, movimentos e cores que atraem mais sua atenção do que uma aula puramente expositiva do professor falando sobre o conteúdo.

Quando verificamos o PAR desses municípios encontramos informações de compras de materiais que infelizmente não foram ressaltados nas entrevistas e questionários aplicados para os professores e diretores das escolas, como por exemplo os equipamentos: Projetor PROINFO com lousa digital (computador interativo) e conjunto de uso múltiplo para informática do tamanho 4 (M2C-04). Assim, percebemos que os recursos chegam aos municípios e ficam somente para as escolas da zona urbana.

Vale ressaltar que as escolas analisadas recebem recursos financeiros do MEC, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que “tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar” (BRASIL, 2018).

Desse modo, as escolas do campo precisam investir em recursos e atender as especificidades do local, além de adequar suas propostas pedagógicas ao espaço campesino e valorizar como ressaltam as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo:

[...] a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002, Art. 13. Inciso II).

Foi questionado quais ferramentas TIC's estão presentes nessas escolas do campo desses municípios e foi constatado que a televisão e rádio eram os suportes tecnológicos presentes em todas as escolas. Sendo também citados por alguns participantes o computador, data show, DVD e microfone. No entanto, segundo o Censo Escolar/INEP (2017), o aparelho de DVD e a televisão se fazem mais presente nessas escolas do campo. Ao observar a tabela 3, verificamos pouca diversidade tecnológica. Nem o rádio e computador se fazem presente na lista que o próprio Censo Escolar disponibiliza para as escolas informarem a quantidade.

QUADRO 2- Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas municipais públicas

Equipamentos	Itabuna	Vitória da Conquista	Ilhéus
Aparelho de DVD	39% (9 escolas)	66% (77 escolas)	100% (13 escolas)
Impressora	43% (10 escolas)	50% (58 escolas)	92% (12 escolas)
Antena parabólica	9% (2 escolas)	5% (6 escolas)	23% (3 escolas)
Máquina copiadora	0% (0 nenhuma)	7% (8 escolas)	46% (6 escolas)
Retroprojektor	4% (1 escola)	5% (6 escolas)	46% (6 escolas)
Televisão	35% (8 escolas)	80% (94 escolas)	92% (12 escolas)

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2017.

No entanto, sabemos que a existência dessas ferramentas tecnológicas nas escolas do campo não é garantia de que estejam em funcionamento, nem se estão sendo usadas adequadamente, pois as TIC's "não são o fim da aprendizagem, mas são meios que podem instigar novas metodologias que levem o aluno, a "aprender a aprender" com interesse, com criatividade, com autonomia" (BEHRENS, 2000, pp. 104 -105). E como preconiza a LDB nº 9.394(1996) a Educação do Campo deve contemplar questões pertinentes as suas necessidades, adequando seu currículo para melhor aprendizado dos alunos que residem no campo.

Dessa forma, a escola do campo precisa estar equipada tecnologicamente para superar as barreiras físicas, geográficas e de acesso a informação, que tanto prejudicam o processo de ensino e aprendizagem no campo. E o professor, ao utilizar as possibilidades e fontes inesgotáveis que as tecnologias em especial a internet apresenta, ele poderá conseguir a motivação e desenvolvimento de novas formas de comunicação e até escrita, trabalhando com hipertexto, o qual para Xavier (2010, p. 208), é "uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade".

Verificamos que menos de 50% das escolas do campo dos três municípios possuíam aparelhos como o data show, e mais de 50% possuíam impressora, justamente por ser um equipamento usado frequentemente pelos professores para imprimir as atividades. E de acordo com os participantes da pesquisa que trabalhavam na secretária de educação dos municípios, os gestores ficavam livres para comprar com o dinheiro do caixa escolar os materiais que as escolas necessitavam e verificavam sua real necessidade para a proposta pedagógica da escola.

Desse modo, foi questionado para os professores das escolas do campo dos municípios analisados como classificavam o seu manuseio de ferramentas das TIC's no ambiente escolar. Mais de 50% se classificavam como regular, isso nos remete a refletir as palavras de Demo (2007, p. 109):

Os professores em sua maioria não se inserem adequadamente no mundo digital, por muitas vezes, entre elas: má formação original, falta de formação permanente, carência de recursos para ter computador e acesso à internet, currículo defasado e ambiente escolares atrasados.

Contudo, sabemos que esses professores se auto classificavam como regular em relação seus conhecimentos sobre as tecnologias e assim não faziam uso das mesmas na sua prática pedagógica por desconhecimento, pois:

[...] os professores, treinados insuficientemente, reproduzem com os computadores os mesmos procedimentos que estavam acostumados a realizar em sala de aula. As alterações são mínimas e o aproveitamento do novo meio é o menos adequado. Resultado: insatisfação de ambas as partes (professores e alunos) e um sentimento de impossibilidade de uso dessas tecnologias para (essas) atividades de ensino. (KENSKI, 2010, p. 78).

Sabemos que poucas escolas do campo asseguram suportes e recursos para a utilização das tecnologias educacionais e, assim, não atendem à demanda. E os professores por sua vez, planejam aulas utilizando as poucas TIC's existentes no espaço escolar, no entanto fazem o uso em momentos esporádicos. Logo, não realizam a verdadeira inclusão tecnológica em sua práxis, pois uma prática pedagógica competente é aquela que dá conta dos desafios da sociedade pós-moderna, onde exige uma inter-relação das abordagens pedagógicas com a tecnologia inovadora (BEHRENS, 2000).

Quando buscamos verificar o objetivo principal do uso das tecnologias na sala de aula, constatamos que em todos os municípios o principal objetivo era tornar a aula mais dinâmica. Mas, para isso faz-se necessário que o professor conheça os recursos que as TIC's oferecem, além de criar formas interessantes de usá-las, conscientes de qual concepção de ensino pretende adotar (COSCARELLI E RIBEIRO, 2007).

Em todos os municípios mais de 50% dos participantes destacaram que o grau de atenção dos alunos quando as professoras utilizavam as tecnologias em sala de aula, era considerado bom, pois os alunos ficavam motivados ao participarem das aulas, confirmando a fala de Moran (2000, p. 17) quando diz: “alunos motivados, aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor”. Contudo, verificamos nas falas dos professores que as questões tecnológicas não eram enfatizadas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas do campo, para, assim serem cobradas com frequência nas aulas.

Já no que tange a formação inicial e continuada dos professores em relação as tecnologias na educação do campo, constatamos que mais de 50% dos professores visualizavam que essas formações que tiveram não colaboraram qualitativamente para formar uma base sólida e consciente do uso das tecnologias no ambiente escolar. Convém ressaltar que a formação inicial e continuada precisam se tornar uma formação tecnológica, isto é, capacitar os professores para inserir as tecnologias em sua prática pedagógica, pois, percebemos que muitos professores na escola estão despreparados frente às

mudanças impulsionadas pelas TIC's, necessitando superar esse desafio e incorporar essas tecnologias no cotidiano da escola como destaca Belloni (2001).

Verificamos que menos de 50% dos professores já fizeram algum curso relacionado às tecnologias educacionais, ou já realizaram cursos utilizando as plataformas virtuais de aprendizagem. E os municípios analisados ofereceram poucos cursos de formação continuada para seus professores. Quando ofertaram não tinham o foco na questão tecnológica. Somente no município de Ilhéus e Itabuna foi ressaltado nas falas dos participantes a existência de cursos, palestras, seminários e oficinas realizadas por meio de parcerias entre as escolas, instituição privada e a Secretária de educação.

Contudo, nesses dois municípios foi destacado também que poucos professores realizavam essas formações continuada. Logo, cabe refletir que não basta exigir dos órgãos competentes a oferta do curso, mas o professor precisa se conscientizar da necessidade de estar em constante estudo e atualização de conhecimento.

Menos de 50% das escolas do campo proporcionavam momentos de estudos e pesquisas no horário de planejamento onde os professores tinham oportunidade de pesquisar utilizando computador com acesso à internet, porém esse tempo é insuficiente para poder realizar um bom planejamento que insira as tecnologias, pois a internet é lenta e o tempo é curto para poder selecionar e assistir os materiais com objetivos claros, pedagógicos e relacionados aos anseios da comunidade do campo.

Ao fim, verificamos que os professores planejavam as aulas com tecnologias educacionais, assistiam somente filmes, vídeos curtos baixados em casa do *youtube* e apresentações em *power point*. Entretanto não faziam uso dos laboratórios de informática, pois conforme já destacado anteriormente, poucas escolas estavam com o laboratório ativo. Logo, ficou constatado a superficialidade pedagógica do uso das tecnologias existentes nessas escolas do campo, pois as utilizavam como “Passa-Tempo”, não sendo bem direcionadas e refletidas, se tornando um grande desafio incorporar adequadamente as TIC's na prática pedagógica dos professores da educação do campo. Embora Kenski (2010, p. 25) destaque que a escola deve:

[...] viabilizar-se como espaço crítico em relação ao uso e à apropriação dessas tecnologias de comunicação e informação. Reconhecer sua importância e sua interferência no modo de ser e de agir das pessoas e na própria maneira de se comportarem diante de seu grupo social, como cidadãos.

Portanto, mediante as falas dos participantes percebemos que para tornar o uso das tecnologias educacionais mais presentes na prática pedagógica dos professores na educação do campo precisa

como bem destacado pelos professores do município de Vitória da Conquista que o professor busque capacitação para saber utilizar as TIC's e que as escolas possuam tais ferramentas tecnológicas.

3 CONCLUSÃO

Ao final da análise aqui empreendida e embasada nas respostas obtidas pelos participantes da pesquisa nos três municípios e nos documentos pesquisados, verificamos, primeiramente, a necessidade de aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos para as escolas da Educação do Campo em todos os municípios, pois, em muitas escolas existiam os aparelhos tecnológicos, mas, seu estado de manutenção e funcionamento não possibilitavam o uso adequado na prática pedagógica do professor.

Convém refletir para onde estão indo as verbas provenientes das políticas públicas que chegam para o município devido a descentralização através do recursos do PAR, que são disponibilizados visando atender as quatro dimensões: a gestão educacional, formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e de avaliação, e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Verificamos que as escolas do campo que receberam as tecnologias necessitavam de reformas e/ou reparos no seu espaço físico, rede elétrica, iluminação e ventilação. Fatores que impossibilitaram a instalação de laboratório de informática e equipamentos tecnológicos, principalmente, no Município de Vitória da Conquista, que os locais destinados ao laboratório se tornaram depósitos de computadores e recursos pedagógicos que não foram utilizados.

Havia uma carência de recursos humanos para o manuseio das tecnologias nessas escolas do campo, pois os professores em sua maioria eram imigrantes digitais e não possuíam facilidades em manusear tais equipamentos. Logo, faz-se necessário o investimento em formação continuada e tecnológica para os professores, principalmente, no município de Vitória da Conquista, pois Ilhéus e Itabuna já realizavam essas formações através da parceria do Núcleos de Tecnologias dos Municípios, que apoiavam na manutenção dos computadores dos laboratórios e administrativos. Contudo, a demanda era grande para o pequeno número de funcionários que trabalhavam no setor, bem como, a falta de suportes e peças para reparar algumas ferramentas tecnológicas que precisavam de conserto.

Percebemos a necessidade de inserir as questões tecnológicas no PPP das escolas para, assim, poderem ser cobradas sua efetivação pelos atores educacionais, pois as escolas que receberam os recursos tecnológicos não se dispuseram a vencer as dificuldades apresentadas para poder ativar os laboratórios de informática e a estimular os professores a usar as TIC' s na sala de aula.

Em todos os três municípios analisados, ficou notório a fragilidade da formação inicial dos professores sobre a educação do campo e as tecnologias na educação, sendo imprescindível a

formação continuada que auxiliassem os professores e gestores na verdadeira inserção tecnológica na educação do campo, para conhecerem as potencialidades educativas das TIC' s na prática pedagógica. Pois, infelizmente essas escolas não favoreciam com qualidade a utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem para seus alunos, embora a legislação assegure que esse ensino deva ser de qualidade e que promova o desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, é de suma importância que os recursos provenientes das políticas públicas que chegam aos municípios através do PAR sejam bem administrados pela gestão escolar e secretaria de educação dos municípios, para, assim, gerir bem esses recursos, dando suporte pedagógico, manutenção e aquisição de novas tecnologias educacionais. Além, de assegurar o uso das TIC' s no PPP, para assim o professor poder incorporar na sua prática pedagógica.

Logo, percebemos que as TIC' s estavam presentes na educação do campo dos municípios analisados entre 2016 e 2017 de forma superficial, uma vez que as tecnologias não se faziam presentes em todas as escolas. Havendo tecnologias que não eram usadas na prática pedagógica do professor de forma consciente e frequente, devido o desconhecimento das potencialidades pedagógicas dos professores e gestão escolar.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L.. **A televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores**. Revista Educação e Pesquisa, vol. 29, n. 2, jul-dez, p. 287-301. 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em:05 jun. 2016.

BRASIL, **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)**, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>. Acesso em: 08 mai. 2016.

_____. **Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 08 Jul. 2018.

_____. **ProInfo Programa Nacional de Informática na Educação. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A PREPARAÇÃO DOS NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL**. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação a Distância. BRASÍLIA. Julho, 1997. Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/184.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **DECRETO Nº 9.204**, de 23 de Novembro de 2017. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.

_____. **Política de Inovação Educação Conectada**. MEC. Secretaria de Educação Básica. 2017.

_____. **Plano de Ações Articuladas**. MEC. Secretaria de Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/par>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. **Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE's)**. MEC. Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/210-1448895310/7590-sp-482187765>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso 13 mai. 2016.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Secretaria de Educação Básica. 2017.

_____. **Decreto 6.094**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso 13 mar. 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. Brasília, 2002.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº13.005, de 25 de Junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. **SOBRE O PAR**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2?tmpl=component&print=1/> Acesso em: 13 jun. 2018.

BEHRENS, M. A. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**. In: Moran, J.M., Masetto, M.T; Behrens, M. A.. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 19ª ed. Campinas, SP: Papirus.2000.

BRITO, G. DA S., PURIFICAÇÃO, I. DA. **Educação e novas tecnologias**. Umreprensar. 2 edição. Curitiba: Intersaberes. (Série tecnologias educacionais), 2015.

CASTILHO, L. B. **O Uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (Tic) No Processo de Ensino e Aprendizagem em Cursos Superiores**. Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, da Universidade Fumec como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. BELO HORIZONTE – MG.2015. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/viewFile/3284/1896>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CENSO ESCOLAR 2016. Disponível em: < http://www.qedu.org.br/cidade/4122-itabuna/censoescolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____.2017. Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/3355-ilheus/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acesso em: 13 out. 2018.

_____.2017. Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/3912-vitoria-da-conquista/censoescolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= . Acesso em: 13 out. 2018.

COSCARELLI, C. V., RIBEIRO, A. E. (organizadoras). **Letramento digital**. 2ª ed. Belo horizonte: Editora Autêntica Caele, Coleção linguagem e educação.2007.

DEMO, P.O **porvir: desafio das linguagens do séc. XXI**. Curitiba: IBPEX.2007.

FERNANDES, S. C. de A. **As Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino e Aprendizagem de História: Possibilidades no Ensino Fundamental e Médio**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação. Campo Grande – MS. 2012.Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8236-as-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-ensino-e-aprendizagem-de-historia-possibilidades-no-ensino-fundamental-e-medio.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas.2008.

KENSKI, V. M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papyrus, Série Prática Pedagógica. 2010.

ILHÉUS (Município). **Secretaria de Educação Municipal**.2016.

ITABUNA (Município). **Secretaria de Educação Municipal**.2016.

LAKATOS, E. M , MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo : Atlas.2003.

LONGO, W. P. **O desenvolvimento científico e tecnológico do brasil e suas perspectivas frente aos desafios do mundo moderno**. Belém: Editora da Universidade da Amazônia (Coleção Brasil: 500 anos, Vol II, 2000.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, p.99. 1986

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: Moran, J. M., Masetto, M.T; Behrens, M. A.. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19ª ed. Campinas, SP: Papyrus.2000.

NASCIMENTO, J. K. F.. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília. 2007.

NEISKIER, A. **Tecnologia educacional: UMA VISÃO POLITICA**. Vozes. Petrópolis, RJ.1993.

NERY, S. C.; SANTOS, A. R.; SOUZA, M. S.; COSTA, P. A. da. A formação em educação do campo no município de Ilhéus-BA com base nos indicadores do PAR: análise da política educacional.

Braz. Ap. Sci. Rev., Curitiba, v. 2, n. 4, Edição Especial, p. 1384-1398, set. 2018. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/522/451>

PEREIRA, E. G., OLIVEIRA, L. R.. **TIC na Educação: desafios e conflitos versus potencialidades pedagógicas com a WEB 2.0.** ICT in Education: pedagogical challenges and conflicts with WEB 2.0. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação. Bragança, 1-2 de Junho. 2012. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19923/1/ietic_Braganca_2012.pdf> Acesso em: 10 mai. 2016.

SOUZA, CELINA. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> . Acesso em 21 mai. 2018.

VITÓRIA DA CONQUISTA (Município). **RELATÓRIO UNIDADES ESCOLARES.** Secretária de Educação Municipal. 2017.

XAVIER, A.C.. Leitura, texto e hipertexto. In: Marcuschi, L.A; Xavier, A.C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido.** São Paulo: Cortez Editora. 2010.